



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARAUAPEBAS

Lei Municipal – 4.753 de 13 de setembro de 2018

End. Eletrônico: comasp@parauapebas.pa.gov.br

www.comasp.wix.comasp

PORTARIA Nº 10, DE 08 DE MAIO DE 2019.

**PUBLICADO NO QUADRO
DE AVISOS DO COMASP**
Em 08/05/2019

Dispõe sobre a designação dos Gestores da Parceria para assistir e subsidiar o Conselho Municipal de Assistência Social de Parauapebas - COMASP e dá outras providências.

O Presidente do **Conselho Municipal de Assistência Social de Parauapebas - COMASP**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº8742/93, a Lei Municipal nº. 4.753 de 13 de setembro de 2018 e o art. 14, VII do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO ao disposto nos artigos 2º, inciso XI, e Art. 35, alínea g, da Lei 13.019/2014 e dos artigos 59 e 60, do Decreto Municipal nº 1182, de 03 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO a aprovação da indicação dos conselheiros do COMASP em reunião ordinária realizada no dia 10 de Abril de 2019.

CONSIDERANDO a indicação da secretaria municipal de assistência Social, através do ofício nº 485/2019 – GAB/SEMAS.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Aldezilma Oliveira Rodrigues, Assistente Social e Coordenadora da Proteção Social Básica, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para exercer a função de Gestor das parcerias realizada entre a Prefeitura Municipal de Assistência Social e as Organizações da Sociedade Civil: Associação de pais e amigos dos Excepcionais de Parauapebas – APAE e Sorri Parauapebas, através do Fundo Municipal de Assistência Social;

Art. 2º - Os Gestores zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle, devendo ainda:

I – Acompanhar e fiscalizar a parceria emitindo o relatório técnico do resultado dessa fiscalização, que será a comprovação da presença do poder público no local do objeto da parceria, sem prejuízo das obrigações da comissão de monitoramento e avaliação, que versa sobre o andamento do objeto, de maneira que possa intervir exigindo adequações ou glosas caso perceba a ocorrência de algo divergente aos especificado no plano de trabalho;

II – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades de gestão dos recursos, bem como as providencias adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no termo de fomento;



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARAUAPEBAS

Lei Municipal – 4.753 de 13 de setembro de 2018

End. Eletrônico: comasp@parauapebas.pa.gov.br

www.comasp.wix.comasp

visando o local onde a parceria esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da parceria para instruir possível procedimento de sanção;

IV – Emitir parecer técnico de análise da prestação de contas parcial/final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei nº 13.019/2014;

V – Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

VI – Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

VII – Comunicar à administração eventual subcontratação da execução, sem previsão no plano de Trabalho ou sem conhecimento da administração;

Art. 3º - O gestor da parceria, por força de atribuições formalmente estabelecidas, tem particulares deveres que, se não cumpridos, poderão resultar em responsabilização civil, penal e administrativa, conforme Lei nº 8.112/1990 – RJU, no Art. 127 ao Art. 131.

Art. 4º - O servidor designado no artigo anterior atestada ciência de sua responsabilidade mediante assinatura no ANEXO ÚNICO desta portaria.

Art. 5º - Na ausência de algum dos servidores indicados como Gestor, ficará a cargo do Conselho Municipal de Assistência Social de Parauapebas – COMASP e a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, a indicação de um novo gestor.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.


George Augusto da S. Rodrigues
Presidente
Port.: 03/2019